

MARQUES, Azevedo

*dep. fed. SP 1900-1905; min.Rel.Ext.1919-1922.

José Manuel Azevedo Marques nasceu em São Paulo em 19 de fevereiro de 1865, filho do comendador Joaquim Cândido de Azevedo Marques e de Rita Peixoto de Melo. Seu pai foi o autor do *Índice alfabético explicativo da legislação geral*.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 16 de março de 1886 e seguiu carreira na magistratura no município de Batatais, onde foi nomeado promotor público em 28 de maio de 1886, juiz municipal em 28 de maio do ano seguinte, e juiz de direito em 7 de novembro de 1890. Abandonou a magistratura em 1893, quando se mudou para a capital e passou a se dedicar ao exercício da advocacia.

Em 1898 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1898-1900. Já nesse primeiro mandato destacou-se como jurista, defendendo modificações no processo civil e comercial, tratando da reforma judiciária do Estado, das execuções hipotecárias, dos vencimentos dos juízes de direito e das férias forenses. Também ganhou destaque nas discussões sobre a infraestrutura dos municípios, a educação, em especial a reorganização do ensino agrônômico, a imigração e questões relativas à cafeicultura. Em 1899 foi indicado vice-presidente do Legislativo paulista.

Eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1900-1902, integrou na Câmara dos Deputados a Comissão de Legislação, Constituição e Justiça e o grupo de trabalho encarregado de rever o projeto do Código Civil, sendo indicado relator do plano geral do projeto e do texto definitivo, que entraria em vigor em 1916. Também foi relator da Lei Preliminar sobre o Direito Internacional Privado. Foi reeleito deputado federal para a legislatura 1903-1905 e, entre outros projetos, tratou dos próprios nacionais, da competência dos estados para legislar em matéria de processo, da precedência obrigatória do casamento civil sobre o religioso e da adjudicação forçada nas execuções hipotecárias. Em 1906, no final da legislatura estadual, voltou ao Congresso Legislativo de São Paulo, sempre eleito pelo PRP. Na eleição seguinte foi reeleito, com mandato de 1907 a 1909.

Professor de teoria e prática do processo criminal na Faculdade de São Paulo, nomeado por

decreto de 15 de outubro de 1913, foi também professor catedrático, nomeado em 24 de agosto de 1916. Foi ainda o primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo.

Em 28 de julho de 1919, foi nomeado pelo presidente Epitácio Pessoa ministro das Relações Exteriores. Tomou posse no dia seguinte e exerceu o cargo até a 15 de novembro de 1922, período em que ainda eram sensíveis os reflexos da Primeira Guerra Mundial. Sua atuação à frente do Ministério do Exterior foi marcada pela reforma dos regulamentos diplomáticos e pelas negociações sobre os limites do Brasil com o Peru e a Bolívia.

Faleceu em São Paulo em 1943.

Casou-se com Ana Junqueira.

Seu biógrafo J. F. Velho Sobrinho arrolou sua vasta produção na área jurídica.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); CALIMAN, A. *Legislativo*; CASTRO, Z.; SARMENTO, J.; SARMENTO, C. *Tratados*; FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; RIBEIRO, J. *Chronologia* (v. 2); SILVA, R.; BRIGAGÃO, C. *História*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.